



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 3.607, DE 2023**

**(Da Sra. Simone Marquette)**

Institui a obrigatoriedade para realização de exames pré-operatórios em procedimentos cirúrgicos odontológicos.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

SAÚDE E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROJETO DE LEI Nº           , DE 2023**  
(Da Sra. SIMONE MARQUETTO)

**Institui a obrigatoriedade para realização de exames pré-operatórios em procedimentos cirúrgicos odontológicos**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei institui a obrigatoriedade para a realização de exames pré-operatórios em procedimentos cirúrgicos odontológicos.

**Art. 2º** É obrigatória a realização de exames pré-operatórios em procedimentos cirúrgicos odontológicos.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente Projeto de Lei dispõe que sobre a obrigação da realização de exames pré-operatórios em procedimentos cirúrgicos odontológicos.

Considerando notícia de óbitos após cirurgias de extração do terceiro molar, a exemplo de três recentes casos que ganharam repercussão nacional, como uma jovem da cidade de Leme/SP e um professor de Fortaleza/CE, bem como, a existência invisibilizada de outras mortes evitáveis, assim como, ocorrido com Isadora Belon Albanese, 18 anos, no dia 23/04/2023



em Sorocaba/SP, por complicações após cirurgia de extração do terceiro molar.

Daí a importância da obrigatoriedade do pré-operatório, pois possui como objetivos principais otimização do estado geral do paciente, identificação e classificação dos possíveis riscos cirúrgicos de modo que seja possível estabelecer medidas profiláticas para que esses riscos sejam minimizados o máximo possível.

Vale ressaltar que, muitas vezes, o profissional, pela não obrigatoriedade, deixa de fazer até a anamnese do paciente antes dos procedimentos cirúrgicos odontológicos.

Tem-se demonstrado que identificar e manejar doenças coexistentes ajudam no sucesso do resultado pós-cirúrgico do paciente.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobre colegas para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2023.

**SIMONE MARQUETTO**  
Deputada Federal - MDB/SP

